



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

SOLICITAÇÃO Nº	07/2024
ASSUNTO:	Contratação de Empresa para a prestação de assistência técnica clínica veterinária

1. Definição do objeto

Contratação de Empresa para a prestação de serviços mensal de assistência técnica e clínica veterinária, para atender assim o Programa de Incentivo à Bacia Leiteira-Prodeleite, com o objetivo de aumentar a produção total de leite do município, a renda dos agricultores e a arrecadação municipal, conforme Lei Municipal nº 1.075/2011.

Os atendimentos veterinários deverão ser realizados mensalmente, de segunda à sexta, junto às propriedades rurais, mediante solicitação dos produtores cadastrados e habilitados no programa PRODELEITE, conforme lista com os nomes dos produtores disponibilizada pela Secretaria de Agricultura no final de cada bimestre.

Os agendamentos dos serviços veterinários serão realizados junto a Empresa vencedora através do contato telefônico disponibilizado ou através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em horário de expediente. Os serviços de urgência e emergência, quando solicitados após o horário de expediente, serão avaliados pelo profissional da empresa contratada. A empresa contratada terá 20 minutos para atendimento do chamado de urgência, exceto, se o profissional já estiver em outro atendimento, o qual deverá ser realizado logo após o término deste, conforme disponibilidade e horário.

O controle das inscrições das vacinas de Brucelose será realizado pela Secretaria de Agricultura, na qual será repassado a empresa quando completar um lote suficiente para um frasco de vacina. A Empresa terá o prazo máximo de 15 dias para realizar o serviço após a comunicação da Secretaria.

A empresa deverá fornecer laudos das vacinas de brucelose (quando realizado) para o proprietário no local e dia do serviço. Também deverá fornecer 120 acompanhamento reprodutivo durante o ano (em torno de 10 mensais), exceto no contrato de 2024 deverá ser de 90 acompanhamento reprodutivo (em torno de 10 mensais) tendo em vista o período contratado, todos cadastrados no programa PRODELEITE.

Os serviços disponibilizados pela secretaria, através do programa, além dos acompanhamentos reprodutivos obrigatórios, têm os que poderão ser solicitados pelos produtores, tais como; deslocamentos até as propriedades, diagnóstico e tratamento de doenças, vacina de brucelose, auxílio ao parto, exames ginecológicos, cirurgias de deslocamento de abomaso, cirurgias de cesariana e cirurgias de menor complexidade, todos com uma quantidade de atendimentos estimada anualmente.

Todos os serviços deverão ser realizados especificando (ex; número ou nome) do animal que foi atendido, sendo que o mesmo só poderá ser atendido pelo programa duas vezes no mesmo mês, se caso houver mais será por conta do proprietário.

A empresa vencedora deverá utilizar veículo próprio para deslocamento dos profissionais, equipamentos para os procedimentos cirúrgicos e equipamentos de proteção individual (EPIs). A contratada será responsável pelo descarte correto dos frascos, seringas, perfuro cortantes e outros materiais usados durante os procedimentos realizados nas propriedades. Os medicamentos veterinários utilizados nos tratamentos (se necessário) serão por conta do produtor.

A empresa deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas mensalmente, de forma legível, através do preenchimento de um formulário de visitas a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com a assinatura dos agricultores atendidos.

2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Estudo Técnico Preliminar nº 07/2024, de 08 de fevereiro de 2024.

3. Descrição da solução como um todo

A solução é a contratação de uma empresa para prestação de serviços veterinários aos produtores cadastrados e habilitados no programa Prodeleite.

Os serviços visam suprir a necessidade da secretaria em relação ao Programa de Incentivo a Bacia Leiteira Pródeleite, com o objetivo de aumentar a produção total de leite do Município, a renda dos agricultores e a arrecadação municipal.

4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade Pregão Eletrônico – **Menor Preço global**. Justifica-se por ser o mesmo objeto de atendimento (serviço veterinário) não seria viável se fosse dividida, pois o mesmo profissional poderá executar mais de um serviço gerando economicidade ao município. Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não seria vantajosa para a administração pública no momento da fiscalização do contrato, pois trata-se de um **serviço comum**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

- O orçamento não necessita ser sigiloso.
- O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:
- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- **Apresentar declaração assinada pelo representante legal da empresa informando quais profissionais irão atuar no objeto, constando CRMV do profissional e telefone de contato.**
- **Apresentar o CRMV do profissional e da empresa devidamente quitado.**
- Apresentar prova de vínculo dos responsáveis técnicos com a empresa licitante. No caso de empregado – anexar cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – anexar cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – anexar cópia autenticada do Contrato, o qual deverá estar devidamente registrado.

Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, no decorrer do andamento do serviço, desde que aprovada pela Administração.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: agricultura@novaramada.rs.gov.br

SA 0



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

propostas;

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portal.datatransparencia.gov.br);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br);
- Consultar a Regularidade da empresa perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada;

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea “b”, do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Contratação de empresa especializada para fornecimento de prestação de serviços veterinários a produtores cadastrados no programa Prodeleite. Os serviços serão realizados de segunda a sexta, mediante solicitação dos produtores cadastrados e habilitados no programa.

O contrato com a empresa será de abril a dezembro de 2024, com pagamento mensal dos serviços **efetivamente realizados**, podendo ser prorrogável por até 120 meses.

A empresa vencedora deverá fornecer profissionais habilitados, (CRMV). Deverá disponibilizar também número de telefone para contato junto a Secretaria de Agricultura.

A CONTRATADA DEVERÁ:

a) Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Fiscalização, na execução dos serviços;

b) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução, exigidas no contrato;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

d) Executar os serviços de acordo com as Leis Ambientais Federais, Estaduais e Municipais, bem como atender as demais normas técnicas atinentes a matéria;

e) Responder, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todos os questionamentos formulados pelo Município, bem como no mesmo prazo, fornecer todos os documentos que lhe forem solicitados;

A contratada na sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A contratada deverá possuir e manter toda a vigência do contrato a regularidade do seu registro no Conselho Profissional competente.

5. Modelo de execução do objeto

A Contratada deverá prestar serviços veterinários, conforme as descrições em anexo, de segunda a sexta, junto as propriedades rurais, conforme solicitações dos produtores cadastrados no programa Pró de Leite. O prazo de execução dos serviços será de abril a dezembro de 2024, podendo ser prorrogado em até 120 (cento e vinte) meses, conforme Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sueli Kublik, Matrícula 156-2/1- Agente Administrativo Auxiliar, a ser designada através de Portaria.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento a empresa vencedora será realizado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Para tanto, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar a Nota Fiscal competente até último dia útil de cada mês. (No pagamento serão realizadas as retenções de acordo com a Legislação vigente).

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assistência técnica veterinária.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas do ramo no município, pois, no formato que o município deseja o objeto fica impossível a pesquisa de preços junto aos órgãos oficiais feitos pela administração num ano anterior, sendo assim, o município realizou diretamente com três fornecedores, atendendo assim as características que o município deseja.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

AQUILLA & BANDEIRA LTDA - CNPJ nº 22.843.903.0001-77,

JULIO CESAR PASCOAL – CNPJ nº 31.964.450.000-28,

MAFALDA & BANDEIRA LTDA – CNPJ nº 28.671.914/0001-01.

9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 2.599.800,00 (dois milhões quinhentos e noventa e

SM (V)



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

nove mil e oitocentos reais) para o período de 120 meses.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do artigo 23 da Lei federal 14.133/21.

10. Adequação orçamentária

De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(X) NÃO.

() SIM. QUAL?

Nova Ramada, 16 de fevereiro de 2024.

Responsável pela elaboração
Sueli Kublik

Em acordo:

Nova Ramada, 16 de fevereiro de 2024.

Tiago Cristiano Speroni
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Parecer do Responsável financeiro:

(X) Há recursos financeiros disponíveis

() A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

() Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de

Nova Ramada, 16 de 02 de 2024.

Cristina Breitenbach da Silva
Secretária Municipal da Fazenda

Quantidade estimada para 120 meses

ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA -ETP 07/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO / ATIVIDADE: 2.075				CÓDIGO DA DESPESA:			
Fonte de Recursos:				Detalhamento da Fonte:			
Serviços Técnicos Profissionais							
Cód. PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
7.1.1	1	7.200	UNID.	Deslocamento até as propriedades	R\$ 30,00	R\$ 216.000,00	
7.1.1	2	1.800	UNID.	Assistencia e acompanhamento reprodutivo	R\$ 185,00	R\$ 333.000,00	
7.1.1	3	10.800	UNID.	Diagnóstico e tratamento de doenças	R\$ 100,00	R\$ 1.080.000,00	
7.1.1	4	4.800	UNID.	Vacinas de brucelose	R\$ 20,00	R\$ 96.000,00	
7.1.1	5	960	UNID.	Auxilio ao parto	R\$ 120,00	R\$ 115.200,00	
7.1.1	6	3.000	UNID.	Exames ginecológicos	R\$ 50,00	R\$ 150.000,00	
7.1.1	7	960	UNID.	Cirurgias de deslocamento de abomaso	R\$ 260,00	R\$ 249.600,00	
7.1.1	8	960	UNID.	Cirurgias de cesariana	R\$ 250,00	R\$ 240.000,00	
7.1.1	9	1.200	UNID.	Cirurgias de menor complexidade	R\$ 100,00	R\$ 120.000,00	
Total						R\$ 2.599.800,00	

Obs. Sendo que para o ano de 2024 a estimativa de quantidades para empenhar são as seguintes:Meses de Abril a dezembro de 2024-9 meses

ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA -ETP 07/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO / ATIVIDADE:		2.075 Fomento ao Setor Agropecuário		CÓDIGO DA DESPESA: 2015			
Fonte de Recursos:		1500 Material bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		Detalhamento da Fonte:			
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jur.				Serviços Técnicos Profissionais			
Cód. PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
7.1.1	1	333	UND	Deslocamento até as propriedades	R\$ 30,00	R\$ 9.990,00	
7.1.1	2	90	UND	Assistencia e acompanhamento reprodutivo	R\$ 185,00	R\$ 16.650,00	
7.1.1	3	540	UND	Diagnóstico e tratamento de doenças	R\$ 100,00	R\$ 54.000,00	
7.1.1	4	220	UND	Vacinas de brucelose	R\$ 20,00	R\$ 4.400,00	
7.1.1	5	18	UND	Auxilio ao parto	R\$ 120,00	R\$ 2.160,00	
7.1.1	6	100	UND	Exames ginecológicos	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	
7.1.1	7	18	UND	Cirurgias de deslocamento de abomaso	R\$ 260,00	R\$ 4.680,00	
7.1.1	8	10	UND	Cirurgias de cesariana	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00	
7.1.1	9	27	UND	Cirurgias de menor complexidade	R\$ 100,00	R\$ 2.700,00	
Total						R\$ 102.080,00	

A estimativa para o restante do exercício de 2024 no valor de R\$ 102.080,00

Sueli Kublik
 Responsável pela Elaboração
 Sueli Kublik

ELM
 Secretário /Adjunto
 Tiago Cristiano Speroni/Flaviano Arnold

Empenhos
 Almoarifado